



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 4 • nº16 • set./out. 2004

editorial

A importância política da população quilombola cresceu bastante ao longo deste último ano. Mais comunidades passaram a reivindicar a aplicação do artigo 68 (ADCT) e aumentaram também número e variedade de agentes sociais que passaram a se interessar pelo tema. Além disso, essa população também ampliou seu espaço no âmbito das políticas públicas federais.

É importante chamar atenção dos leitores para uma questão pouco discutida: o sentido e as conseqüências práticas da distribuição de Certidões de Auto-Reconhecimento de Comunidades Remanescentes de Quilombo pelo governo federal. Se por um lado tais certidões podem ser um instrumento útil na condução dos assuntos cotidianos das comunidades frente às autoridades locais, por outro lado, elas também parecem simultaneamente negar aquilo que afirmam. Se o artigo 68 declara o direito quilombola e o decreto presidencial (20 de novembro de 2003, em vigor) afirma a auto-atribuição como critério fundamental para o reconhecimento, porque criar uma certidão declaratória do auto-reconhecimento?

A conquista do direito à auto-atribuição (negada pelo decreto presidencial anterior) deveria dispensar certificados deste tipo. A atribuição desses certificados a algumas comunidades e não a outras cria confusão em torno da legitimidade da auto-atribuição das comunidades diante dos poderes públicos e de seus oponentes políticos.

No caso dos poderes públicos, a disseminação seletiva dessas certidões pode criar o pretexto necessário para que governos e órgãos oficiais criem obstáculos artificiais ao cumprimento das obrigações junto àquelas comunidades não certificadas. Por outro lado, no caso dos oponentes diretos, quando eles contestarem a afirmação dos direitos quilombolas, tais certidões não terão qualquer efeito prático. Como o próprio decreto presidencial prevê, em situações de contestação, não é uma certidão (que tem por base a auto-declaração) que resolve, já que passa a ser necessária a produção de pareceres técnicos (os laudos antropológicos) que comprovem o direito quilombola. Finalmente, a distribuição dessas certidões estaria justificada se fosse uma etapa inaugural do processo de regularização fundiária das terras quilombolas, mas não é. A Fundação Cultural Palmares realiza eventos públicos de certificação, criando grande expectativa nas populações agraciadas, mas o INCRA tem sua própria lista de prioridades, que não coincide com a lista de certificações.

O Governo Federal precisa urgentemente melhorar a articulação às ações dos seus diferentes órgãos. A desarticulação existente só serve às disputas internas, ao desperdício de recursos e à frustração da população. O Governo Federal, para se fazer democrático e popular precisa não sucumbir à política que se faz mais pelo marketing que por respostas efetivas aos anseios populares.

Comunidade Alto da Serra - Rio Claro (RJ)



Nelson dos Santos

• NACIONAL

Criada a Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais

O presidente Lula assinou no dia 3 de junho um decreto que autoriza a criação da comissão nacional de apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, como as de quilombolas e caiçaras. O ato de

assinatura do decreto fez parte das comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente.

O objetivo da comissão será criar condições para que essas comunidades não precisem migrar para as áreas urbanas. A comissão também integrará as atividades de ministérios como da Saúde e da Agricultura.

Segundo o secretário de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Jorge Zimmermann, a comissão deverá levar mais recursos, projetos e organização para essas comunidades que trabalham com recursos naturais.

Fonte: Agência Brasil.

• A UNIVERSIDADE VAI AO QUILOMBO

UFMG nos Arturos

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) desenvolve um projeto multidisciplinar na comunidade dos Arturos, em Contagem (MG), que desenvolve atividades ligadas a agricultura de subsistência, resgate cultural, saneamento básico, nutrição, entre outros.

UNICAMP no Vale do Ribeira

Ivopurunduva, Sapatú, São Pedro, André Lopes e Galvão, comunidades do Vale do Ribeira (SP), estão sendo beneficiadas por um programa desenvolvido pela Universidade de Campinas (UNICAMP). O projeto, que começou em julho de 2003, prevê ações ligadas a problemas com posse de terra, geração de renda, inundações, entre outros. A Universidade também desenvolve atividades voltadas para o resgate cultural.

USP no Vale do Ribeira e Caçandoca

Entre os dias 13 e 16 de

junho a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo promoveu um seminário destinado aos quilombolas do Vale do Ribeira e Caçandoca. Trinta quilombolas assistiram palestras que discutiram os temas Etnia, Cultura e Saúde, além de questões ligadas a titulação das terras e a sustentabilidade ambiental.

UFMA em Itamatatua e Samucangaua

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) criou o projeto Calu destinado as comunidades de Itamatatua e Samucangaua, localizadas no município de Alcântara (MA). O projeto tem o objetivo de atuar nos problemas de infraestrutura das comunidades, melhorando a qualidade de vida da população. Itamatatua e Samucangaua têm problemas nas áreas de educação, saúde, saneamento básico, transporte, comunicação, sustentabilidade entre outros.

UFES nos territórios quilombolas

Um convênio entre a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) possibilitará o desenvolvimento de um projeto de extensão, promovido pela universidade, nas comunidades remanescentes de quilombo do Espírito Santo. Trata-se do projeto "Territórios Quilombolas no Espírito Santo". É uma iniciativa multidisciplinar que envolverá, em aproximadamente dois anos e meio, cerca de 12 comunidades, alunos e professores de História, Geografia e Ciências Sociais. O objetivo é promover o etnodesenvolvimento dos quilombolas através de atividades nas comunidades, como levantamentos de dados, capacitações para a elaboração de laudos e promoção de seminários. O projeto contribui para a regularização e a titulação das terras de quilombos.

Fontes: Jornal Quilombola, CEDEFES e GT Comunicação do ITESP.

RELATOR DA ONU CRITICA DESPEJOS EM ALCÂNTARA

O relator especial das Nações Unidas para a moradia adequada, Miloon Khotari, veio ao Brasil a pedido do Ministério das Cidades e do Ministério das Relações Exteriores, entre outras organizações, e criticou o despejo forçado das comunidades quilombolas para a criação da base de Alcântara. Segundo ele, a re colocação dessas comunidades nas chamadas agrovilas foi uma solução de curto prazo que resultou em problemas de longa duração.

As agrovilas foram estabelecidas em 1980 com o objetivo de instalar as comunidades quilombolas que foram expropriadas pela Força Aérea para a implantação da Base de Lançamentos de Satélites.

Segundo Khotari os deslocamentos forçados nunca se constituem numa solução ideal: No caso de Alcântara, os habitantes das agrovilas eram auto-suficientes nas vilas tradicionais com acesso suficiente ao pescado e à terra fértil e agora se tornaram dependentes. Nos raros casos em que esse deslocamento puder ser justificado, tal ação só deve ser efetivada com a consulta e a participação plena da população afetada, de acordo com as leis internacionais de direitos humanos.

Fonte: CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos) e site da ABA (Associação Brasileira de Antropologia)

• NOS ESTADOS

ES

FESTIVAL DE BEIJU E ENCONTRO DE COMUNIDADES DE SAPÊ DO NORTE

O Segundo Festival de Beiju e o Primeiro Encontro Estadual

das Comunidades remanescentes de quilombo do Sapê do Norte (ES) foram realizados simultaneamente entre os dias 13 e 15 de agosto na comunidade de Divino Espírito Santo (ES). A iniciativa foi da Articulação de Comunidades de Conceição da Barra e São Mateus, da Associação dos Pequenos Produtores da comunidade do Divino Espírito Santo e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), com o apoio de Koinonia, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Fundação Cultural Palmares.

Entre as atividades estavam apresentações culturais como capoeira, ticumbi, jongo e congo. Houve também debates abordando temas como educação, cultura e conflitos de terras; além de uma feira com produtos quilombolas. As ações tiveram o objetivo de criar laços entre as comunidades, intensificar a luta pela retomada das terras quilombolas e encontrar meios de certificar os produtos feitos nas comunidades.

Fonte: Koinonia

MULHERES DE SAPÊ DO NORTE DISCUTEM SAÚDE E DIREITOS

Cerca de quarenta mulheres das comunidades quilombolas de Sapê do Norte (ES) partici-

param de um seminário de sensibilização e de um curso de capacitação promovido pelo programa Saúde e Direitos de Koinonia, entre os dias 15 e 19 de maio.

Os seminários de sensibilização têm o objetivo de despertar o interesse dos participantes para questões ligadas a saúde integral da mulher, HIV/Aids, direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, visam contribuir para superar estigmas e discriminação que atingem as mulheres. Já os cursos de capacitação representam uma etapa de aprofundamento nas questões discutidas nos seminários, nos quais um número menor de participantes assume a tarefa de se transformar em "multiplicadoras" dos conhecimentos adquiridos e planejam novas atividades de sensibilização e disseminação de informações entre as comunidades.

Fonte: Boletim Saúde e Direitos (Koinonia)

PROJETOS DE GERAÇÃO DE RENDA E ALIMENTAÇÃO

Representantes das comunidades quilombolas de São Mateus participaram de uma reunião com o Talher Estadual - ES (equipes de educação cidadã do Programa Fome Zero), em que foram definidos projetos de

JM Arruti



Sapê do Norte (ES).

geração de renda e alimentação. As primeiras comunidades atendidas serão de Linharinho, Divino Espírito Santo e Roda d'Água.

A comunidade de Linharinho, que produz goma de mandioca, terá uma fábrica de biscoitos instalada. A produção será vendida nas estradas, em feiras e escolas das proximidades. Este projeto atingirá cerca de 38 famílias da comunidade. Os quilombolas de Roda d'Água organizarão um ponto para as descascadoras de siri e os pescadores comercializarem seus produtos. A comunidade de Divino Espírito Santo ainda está desenvolvendo um projeto para serem apresentados. Esses projetos terão o apoio do Programa Fome Zero, do Banco do Brasil e dos Correios.

Fonte: Domingas Dealaina e site do Fome Zero

GO

CASAS E SANEAMENTO PARA KALUNGAS

O governo federal assinou contratos para a construção de 400 casas dos núcleos Engenho II, Ema, Diadema, e Riachão da comunidade remanescente de quilombo Kalunga (GO). No final de abril os moradores receberam a visita de técnicos do Ministério das Cidades, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), da Fundação Cultural Palmares, da Caixa Econômica Federal e da Fundação Universitária de Brasília. Os técnicos foram apresentar o projeto da construção das casas aos moradores.

As casas serão construídas pelos próprios quilombolas, organizados em cooperativas;

estima-se que sejam gerados aproximadamente 400 postos de trabalho. O projeto inclui a utilização de materiais comuns à população, como adobe (tijolo artesanal de barro) e taboca (bambu). As moradias não serão padronizadas e terão características culturais da comunidade, como a construção do fogão a lenha no centro das casas, dividindo a sala da cozinha. Essas propostas reforçam as idéias da planta original da casa Kalunga.

Fonte: Ministério das Cidades

CEDRO RECEBE APOIO DE PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS

A comunidade de Cedro (GO) é uma das beneficiadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de comunidades tradicionais. Há cinco anos o PNUD apoia a comunidade no cultivo de plantas medicinais e na produção de xaropes, tinturas e comprimidos. Essa produção possibilitou, além dos salários diretos e indiretos, a construção de uma biblioteca e de uma escola na comunidade.

O PNUD repassa por ano cerca de US\$ 500 mil para o financiamento de projetos em comunidades tradicionais do cerrado brasileiro e para cursos de extensão em centros universitários próximos as comunidades atendidas. Até agora, 127 projetos já receberam o recurso, arrecadado a partir de doações para o Fundo Mundial para o Meio Ambiente.

Fonte: Agência Brasil.

MT

QUILOMBOLAS DE MATA CAVALO PERMANECEM NAS TERRAS

O Comitê Estadual de Acompanhamento de Conflitos Fundiários decidiu que a comu-

nidade de Mata Cavallo não será retirada de suas terras, no município de Nossa Senhora do Livramento (MT), pela Polícia Militar Estadual.

Na última reunião do Comitê foi discutido o mandado de reintegração de posse mais recente, expedido na primeira semana de maio. Como há divergências de competência entre as esferas estadual e federal para analisar e julgar as ações referentes à área, o grupo concluiu que o Estado não autorizará o emprego da polícia no caso.

Há dez anos os quilombolas reivindicam essa área de 13,6 mil hectares. Em 1883 as terras foram doadas aos ex-escravos pelo proprietário e existe um registro dessa doação numa carta que faz parte do acervo histórico de Mato Grosso.

Fonte: Diário de Cuiabá – Cuiabá – MT

• SOBRE O COMITÊ

O Comitê Estadual de Acompanhamento de Conflitos Fundiários de Mato Grosso foi criado em agosto de 2003.

O Comitê é vinculado ao gabinete do governador e presidido pelo secretário-chefe da Casa Civil. Além disso, é formado por representantes da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Instituto de Terras do Estado de Mato Grosso (Intermat), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (Seder) e Defensoria Pública do Estado (DPE). Entre as ações do Comitê estão a intermediação de conflitos fundiários aos quais já tenham sido expedidos mandados judiciais de reintegração de posse em áreas particulares, de propriedades do Estado, reservas ambientais ou áreas indígenas. Além de intervir nas áreas que demandam demarcação de terras destinadas a futuras reservas indígenas e ambientais; áreas de fronteira e outras.

Fonte: Jornal MídiaNews

PROJETO ARCA DAS LETRAS CHEGA À MARAMBAIA

Uma biblioteca com cerca de 220 livros foi instalada no dia 14 de agosto na comunidade da Ilha da Restinga da Marambaia. A iniciativa faz parte do projeto Arca das Letras do Ministério do Desenvolvimento Agrário. O programa já implantou 103 bibliotecas em comunidades de agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e áreas remanescentes de quilombos no sertão nordestino. A chegada da biblioteca na Marambaia inicia a implantação do projeto nas comunidades rurais do Estado Rio de Janeiro.

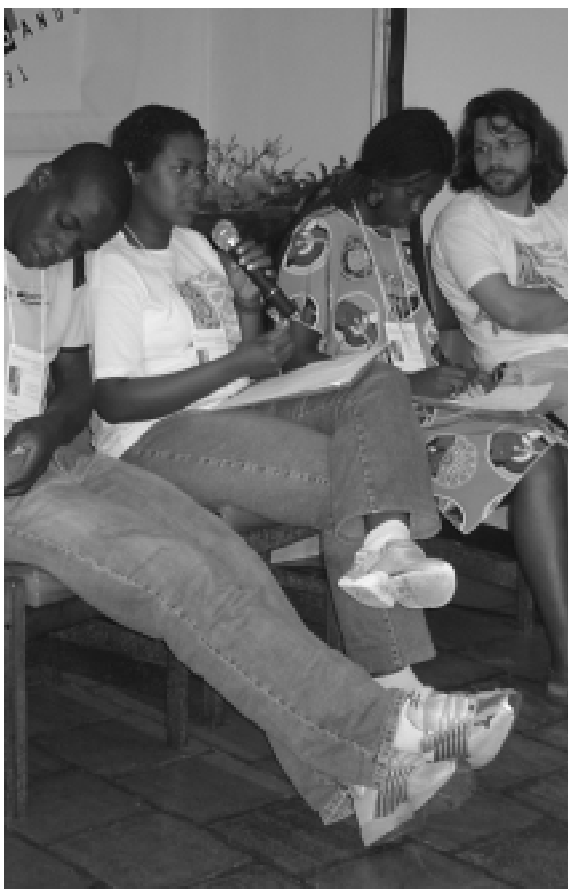
Segundo a coordenadora do Programa, Cleide Soares, a Arca das Letras leva para as comunidades, além do acervo bibliográfico, um incentivo à leitura e às práticas que promovem a auto-estima, a educação e a identidade cultural das comunidades rurais do país.

A comunidade que recebe a biblioteca tem uma participação ativa no programa desde a definição do acervo até a escolha dos agentes de leitura, voluntários que atuam nas atividades de empréstimo de livros e incentivo à leitura. O projeto pretende atingir outras comunidades quilombolas, realizando parcerias com a Fundação Cultural Palmares, com os poderes federal e municipal e com movimentos sociais.

Fonte: Incra



Jair Miranda



Jornada Ecumênica Sudeste (RJ)



Arquivo Koinonia



QUILOMBOLAS PARTICIPAM DE JORNADA ECUMÊNICA SUDESTE

Representantes de comunidades remanescentes de quilombo participaram da Jornada Ecumênica Sudeste que celebrou dez anos de Koinonia. Cerca de 75 pessoas, entre sócios, integrantes de diferentes programas e convidados estiveram presentes no evento, que aconteceu de 15 a 17 de outubro, em Itatiaia (RJ). A partir do tema Ecumenismo, Direitos e Paz os participantes debateram e assistiram exposições de assuntos como desafios das comunidades quilombolas, direitos dos jovens rurais e dos afetados pelo plantio da maconha, intolerância religiosa e saúde e direitos.

Os quilombolas estavam representados por Domingas Dealdina e Kátia Santos Pena, integrantes das comunidades

negras de Sapê do Norte do Espírito Santo e Isaías Bernardo Leite, presidente da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da comunidade negra rural de Alto da Serra, no município de Rio Claro (RJ). Domingas Dealdina também estava representando a CONAQ (Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos). Eles debateram os desafios que as comunidades quilombolas enfrentam e os resultados do programa Territórios Negros, desenvolvido por Koinonia, que atende 32 comunidades do Sapê do norte do Espírito Santo e a comunidade de Alto da Serra (RJ).

A iniciativa de Koinonia de realizar essa jornada regional atendeu ao compromisso firmado na jornada de 2002 e serve de aquecimento para a III Jornada Ecumênica, a ser realizada em 2005.

RN

SIBAÚMA CONECTADA À REDE DIGITAL

A comunidade de Sibaúma, próxima ao balneário de Pipa (RN), foi incluída no programa do governo federal GESAC (Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão). O GESAC tem o objetivo de promover o acesso à Internet (rede mundial de computadores) e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital para as comunidades excluídas desses serviços. Sibaúma receberá uma antena e outros equipamentos.

O GESAC está formando a Rede Nacional de Quilombos Digitais (RNQD) a partir de pólos de articulação em 8 estados (CE, RN, RS, RJ, SP, MG, BA, DF). As organizações desses estados compartilharão recursos para viabilizar um sistema de promoção à produção e distribuição de conteúdo por meios digitais associado ao portal de inclusão digital do governo federal e às ações de certificação e inclusão digital do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

A conexão à rede é estabelecida por meio de satélite, facilitando o alcance de regiões onde ainda é raro encontrar possibilidade de conexão internet.

Segundo um dos articuladores da Rede Nacional de Quilombos Digitais, Gilson Schwartz, a Rede pretende preservar e desenvolver a memória social e a cultura dessas comunidades afro-descendentes e contribuir para uma nova forma de produção e distribuição de conteúdo didático estratégico para a sociedade brasileira.

Fonte: Ministério das Comunicações e site de Inclusão Digital do Governo Federal

RS

MORRO ALTO AINDA REIVINDICA DIREITOS

Em março deste ano, a comunidade remanescente de quilombo de Morro Alto (litoral norte do RS) recebeu a certidão de auto-reconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). O documento regulariza uma área de 5,2 hectares, o que motivou uma polêmica entre os outros agricultores, também moradores dessa área, e os descendentes de escravos. A partir da publicação do reconhecimento no Diário Oficial, cabe ao Incra demarcar e realizar as desapropriações.

A área disputada é ocupada por cerca de 230 famílias de quilombolas e 300 famílias de agricultores, que contrataram uma assessoria jurídica para contestar a decisão da FCP.

De acordo com o relatório da FCP, a área pertencia a uma das fazendeiras, que pouco antes da abolição da escravidão (1888) doou parte de suas terras a um grupo de escravos. Mas, devido ao desconhecimento da legislação e à dificuldade de acesso à justiça, os herdeiros só passaram a reivindicar a legalização de seu direito de propriedade quando parte da área já estava ocupada por terceiros.

A comunidade negra de Morro Alto está otimista com as possíveis mudanças. O presidente da Associação Comunitária, representante dos quilombolas, disse que eles pretendem ampliar as atividades da cooperativa agrária, além de continuarem com desenvolvimento de artesanato e do ecoturismo.

Fonte: Zero Hora – Porto Alegre - RS

SP

RECONHECIDO PRIMEIRO QUILOMBO COMPRADO POR NEGROS

O sítio Santa Rita, em Capivari, se tornou a primeira comunidade remanescente de quilombo reconhecida pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) em terras compradas pelos próprios quilombolas.

Entre os anos 1903 e 1905, uma ex-escrava e seus irmãos compraram as terras por meio da troca do trabalho no campo. A família chegou da África na década de 1860 e foi distribuída nas fazendas da região. Hoje três mulheres descendentes de escravos moram na única casa do sítio, que tem seis hectares, uma plantação de cana de açúcar e não há energia elétrica e rede de esgoto.

Após o reconhecimento cabe ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) emitir o título definitivo de quilombo à propriedade. A área não poderá ser negociada.

Fonte: O Estado de São Paulo

Sapê do Norte (ES).



JM Arruti

fala quilombola

Publicamos abaixo carta recebida da Associação de Moradores do Quilombo de Frechal (MA).

“Companheiros e companheiras de Koinonia, vimos através desta agradecer em nome da nossa entidade associativa e aos meus cuidados, Elio Inácio Silva, pelos informativos que recebemos de vocês quase todos os meses. Isso nos deixa muito contentes em saber que a luta do povo negro não para e continua, algumas vitórias são conquistas e não favores. Sabemos que este país tem uma dívida perene com a negrada, eles (governo) podem fazer o melhor, mas esse débito continua... crescendo. Aproveito para mandar uma cópia da música do bloco afro Akomabu – Quilombo Novo (carnaval/92) cujo tema foi: “Frechal Terra de Preto”, com a nossa participação apresentando a dança do Congo que é carro-chefe da nossa cultura local.

Sem mais para o momento, os nossos sinceros agradecimentos e um axé quilombola para todos.”

Quilombo Frechal/Mirinzal MA, 20/04/04

Elio Inácio Silva

Quilombo Novo

Hê quilombo novo é ê
Quilombo novo pra mudar
Esse povo pra mudar (biz)
Esse povo Quilombo pra onde os
negros fugiam
Pra se libertar

Palmares modelo de sociedade a se adotar
Liberdade é que esse povo quer (bis)
Trabalho justiça/ que terra,
que vida
Também que axé
Jurucaíá, Piritoró, Maracassuné, Limoeiro
Juraçal, Tamatatiua, Tapuió, Damasió
e Frechal (bis)
E hoje propomos fazer
um quilombo novo é
Meu povo ainda é escravo
e não se libertou
Com uns tendo muito e outros tendo
quase nada
Democracia que nada,
alguém inventou
Agora irmão quilombolas
a hora chegou
Liberdade pra mim, é direito
jamais foi favor
Liberdade é que esse povo quer
trabalho, justiça
Que terra que vida também
que axé
Zumbi, Luiza Mahin, heróis
que vovó contou
E Cosmo herói maranhense,
um grande instrutor
A luta não acabou não não
Nem a discriminação não não
CCN Quilombo é luta por libertação”

Música de: Paulinho Akomabu

Comunidade da Ilha da Marambaia RJ



fique sabendo

CERTIDÕES DE RECONHECIMENTO EXPEDIDAS PELA FCP

No dia 4 de maio o Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988 e pelo Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003 publicou no Diário Oficial da União e registrou no Livro de Cadastro Geral n.º 001 as Certidões de Auto-Reconhecimento de Comunidades remanescentes de Quilombo das seguintes comunidades:

1) Comunidade de MORRO ALTO, localizada no Município de Maquine, Estado do Rio Grande do Sul, registro n. 001, f. 02.

2) Comunidade de TAPUIO, localizada nas áreas da Fazenda Data Brejo no município de Queimada Nova, Estado do Piauí, Registro n. 002, f. 03.

3) Comunidade de SUMIDOURO, localizada nas áreas da Fazenda Sumidouro, no município de Queimada Nova, Estado do Piauí, registro n. 003, f. 04.

4) Comunidade de RINCÃO DOS MARTINIANOS, localizada no município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, registro n. 004, f. 05.

5) Comunidade de SÃO MIGUEL, localizada, no município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul, registro n. 005, f.06.

6) Comunidade de CASCA, localizada, no município de Mostardas, Estado do Rio Grande do Sul, Registro n. 006, f. 07.

7) Comunidade de BREJO DOS CRIoulos, composta pelos povoados de Arapuín, Araruba, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco, situada nos Municípios de São João da Ponte e Varzelândia, no Estado de Minas Gerais, registro 008, f. 09.

8) Comunidade dos HERDEIROS DA INVERNADA DOS NEGROS, terras da antiga Fazenda São João, localidades de Corredeira e Manoel Candido no Município de Campos Novos no Estado de Santa Catarina, registro n. 009, f. 10.



Nelson dos Santos

Comunidade de Alto da Serra - Rio Claro (RJ)

9) Comunidade de RINCÃO DOS NEGROS, localizada no Distrito de Arroio das Pedras, no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul, registro n.010, f. 11.

10) Comunidade de BOM SUCESSO, conhecida também com BOM SUCESSO DOS NEGROS, nas áreas da região de Muquém e Rio Preto, no município de Mata Roma, Estado do MARANHÃO, registro n. 011, f. 12.

11) Comunidade do QUILOMBO DO MAGALHÃES, localizada a margem esquerda do Rio Paraná, região do Rio Lavado e Cajueiro, no município de Nova Roma, Estado de Goiás, registro n. 013, f.14.

12) Comunidade Remanescente de quilombo SACOPÃ, situada na Lagoa Rodrigo de Freitas, Estado do Rio de Janeiro

Fonte: IACOREQ - Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombos e KOINONIA.

O S T F MANTEM DECRETO DE REGULARIZAÇÃO DAS TERRAS QUILOMBOLAS

O Supremo Tribunal Federal deu parecer (nº 3.333/CF) pela improcedência da ação direta de inconstitucionalidade (ADIN/ Nº 3239-9/600), proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL), no final de junho, em face do Decreto 4887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação,

demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 do ADCT. Abaixo segue um resumo dos argumentos apresentados, primeiramente, pelo requerente (PFL) e logo em seguida a justificativa do relator, que julga a demanda improcedente.

TÓPICO	ARGUMENTO DO PFL	RESPOSTA DO STF
<p>1) INCONSTITUCIONALIDADE</p>	<p>Sustentou que o decreto, ao regulamentar diretamente dispositivo constitucional, configura-se como decreto autônomo e invade esfera reservada à lei, não se enquadrando nas hipóteses do artigo 84, inciso VI, da Constituição Federal</p>	<p>O decreto é ato político-administrativo de efeito concreto e, portanto, não pode sofrer controle de constitucionalidade em abstrato. O art. 68 do ADCT é norma constitucional de eficácia plena e, por isso, não depende de edição de lei para ter plena aplicabilidade. O Decreto apenas prescreve o procedimento administrativo para a titulação das terras quilombolas; que por sua vez retira seu fundamento de validade diretamente das normas do artigo 14, IV, "c", da lei nº 9.649, de 1988, e do artigo 2º, III e parágrafo único</p>
<p>2) TERRAS QUILOMBOLAS EM ÁREA DE DOMÍNIO PARTICULAR</p>	<p>De acordo com o artigo 68 do ADCT, a propriedade das terras dos remanescentes de quilombos decorre da Constituição Federal, não podendo o Poder Público promover desapropriações.</p>	<p>As terras são, por força da Constituição Federal, dos remanescentes das comunidades quilombolas que lá fixam residência desde 5 de outubro de 1988, cabendo ao Estado, de acordo com o artigo 68 do ADCT, emitir os respectivos títulos e para isso é necessária a realização de desapropriação das terras dos particulares em prol das comunidades. A hipótese de desapropriação, de qualquer modo, não se enquadraria em nenhuma das modalidades a que se refere o artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal.</p>
<p>3) CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO</p>	<p>Resumir a identificação dos remanescentes a critérios de autodeterminação frustra o real objetivo da norma constitucional, na medida que atribui a titularidade dessas terras a pessoas que efetivamente não tem relação com os habitantes das comunidades formadas por escravos fugidos, ao tempo da escravidão do país.</p>	<p>A impugnação não atende a constitucionalidade da norma, mas tão-somente, volta-se contra o critério da auto-atribuição eleito para identificar as comunidades quilombolas. Não há uma questão de inconstitucionalidade em jogo e sim uma controvérsia metodológica, que há de resolver-se no âmbito da ciência antropológica, e não do Direito</p>
<p>4) A CARACTERIZAÇÃO DAS TERRAS</p>	<p>As áreas a serem identificadas são aquelas apontadas pelos estudos histórico-antropológicos, onde constatou-se a localização efetiva de um quilombo, ficando excluídos os indicativos dos remanescentes como procedimento legítimo da definição. A propriedade deve ser reconhecida aos territórios em que comprovadamente, durante a fase imperial da história do Brasil, o quilombo se formara.</p>	<p>O critério utilizado em que as terras passíveis de titulação pelas comunidades quilombolas seriam aquelas, por estas ocupadas em 1888 é inconsistente, sendo então revogado o decreto número 3.912/01, que utilizava o referido argumento. O critério utilizado pelo decreto número 4.887/2003 parece ser mais compatível com os parâmetros eleitos pelos estudos antropológicos para definição das comunidades quilombolas e de seus respectivos espaços de convivência.</p>

COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE SANTA RITA DO BRACUÍ

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí, reconhecida pela FCP em 1999, encontra-se localizada em Angra dos Reis e originou-se de uma doação formal daquelas terras pelo fazendeiro aos seus escravos. Em seu testamento, este fazendeiro deixava 260 alqueires de terra aos seus escravos, em 1877, onze anos antes da abolição da escravatura. Além das parcelas individuais, que variavam entre um e cinco alqueires, o Comendador Breves deixou também uma área de 80 alqueires para todos os seus escravos “possuírem, morarem e trabalharem em comum”.

A memória que os moradores de Bracuí receberam de seus antepassados fala de uma relação de cordialidade do fazendeiro com seus escravos, da qual a doação seria a maior prova. Para os moradores de Bracuí, as terras que ocupam foram doadas aos seus ancestrais e são também de propriedade de Santa Rita, a padroeira da fazenda. Contam os moradores que havia sete imagens da santa espalhadas por toda a fazenda, mas todas foram roubadas. A que está atualmente no altar da igreja é uma cópia. Algumas pessoas afirmam que dentro da imagem havia ouro, outros dizem que guardava o documento que prova serem os descendentes de escravos os verdadeiros donos daquelas terras, o que explicaria a confusão a respeito do direito de uso daquela terra.

Após a abolição, os descendentes dos escravos da fazenda Santa Rita de Bracuí permaneceram naquelas terras durante décadas em posse pacífica e sem contestação. As primeiras tentativas de expropriação direta e violenta de suas terras ocorreram na década de 40, mas foram resolvidas pelos próprios moradores, que expulsaram os invasores. Mas o que os moradores só viriam a saber no início da década de 70 é que ações cartoriais realizadas no final do século XIX já lhes havia inviabilizado formalmente o direito à terra. Com base nessas ações, parte de suas terras foram expropriadas para a construção da estrada Rio-Santos e parte pelos empreendimentos turísticos.

A partir de 1975, os moradores passaram a sofrer pressões da empresa 'Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda' e, mais tarde, iniciaram-se as intimidações com homens armados, proibição de plantio,

implantação de barragens ao longo do Rio Bracuí. Em 1978, os moradores entraram com uma ação ordinária de reivindicação contra a empresa, através de um advogado e assessor da FETAG. Os moradores começaram também a receber assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Fase. O advogado usou como mecanismo de defesa a tese da posse imemorial, mas havia dificuldade de comprovar que os moradores eram descendentes dos herdeiros do Breves. Somente cinco famílias conseguiram comprovar, e a ausência de uma legislação que defendesse o direito coletivo impediu que o reconhecimento fosse extensivo às outras famílias. Assim, a sentença foi favorável à empresa.

Depois de um longo período de conflitos fundiários, a comunidade perdeu a parte de suas terras localizada próximo ao mar para o empreendimento turístico Bracuhy. Hoje, com as dificuldades de manutenção e comercialização do plantio de produtos agrícolas, as terras de Santa Rita do Bracuí são utilizadas fundamentalmente para moradia. Os constantes parcelamentos entre os filhos de uma família forçaram os moradores a ocupar lotes que variam entre um e cinco hectares. Assim, uma das principais fontes de renda das famílias passou a ser os empregos no Marina Porto Bracuhy, localizado dentro de seu território original.

O reconhecimento dessas famílias como comunidade remanescente de quilombos que poderia representar a regularização de suas terras e a legalização das posses em nome dos descendentes de escravos das terras de Santa Rita até o momento, no entanto, não contribuiu para legalizar o direito que as famílias têm às terras de seus ancestrais.

Fontes bibliográficas:

Sandra Bragatto - Descendentes de escravos em Santa Rita do Bracuhy – memória e identidade na luta pela terra. Dissertação de Mestrado. UFRRJ, 1996.

Laudo da Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuhy. Processo nº01420.000103/99-87. Parecer nº 004/FCP/MinC/99. Autora: Sandra Bragatto

um pouco de história

O QUILOMBO DE MANOEL CONGO

Durante todo o período de vigência do regime escravista o município de Vassouras, localizado no Vale do Paraíba, no Estado do Rio de Janeiro, foi um dos maiores mercados de escravos da região. O grande número de escravos fazia com que os conflitos contra os senhores se desse sem tréguas. Na luta contra a escravidão, o quilombo de Manoel Congo, formado em 1838 em Paty do Alferes, antiga sede da vila, merece destaque.

Em 13 de novembro de 1838, na Fazenda Freguesia, de propriedade do capitão-mor Manoel Francisco Xavier, morria o africano Camilo Sapateiro, assassinado a pauladas. Outros escravos da fazenda previam que levariam a culpa do assassinato como forma dos senhores fugirem da responsabilidade moral, em um momento em que inúmeros enforcamentos estavam ocorrendo. Dessa forma, cerca de trezentos escravos, comandados pelo escravo Manoel Congo arrombaram as portas da Fazenda Maravilha, de propriedade do capitão-mor, roubaram mantimentos e vários outros objetos e depredaram a sede, revoltados contra o tronco, o trabalho forçado, a fome e a miséria. Daí partiram para a Fazenda Santa Catarina, onde tentaram matar o capataz, que conseguiu fugir, e fugiram para uma densa mata para organizarem um quilombo.

Dias depois, os negros desceram da serra de Santa Catarina, incendiaram toda a Fazenda Maravilha e realizaram uma festa ao som de batuque, antes de voltarem para as matas. Revoltado, Manoel Francisco Xavier reuniu outros fazendeiros, também prejudicados com a fuga de escravos para o quilombo de Manoel Congo, e pediram ao governo a presença do exército. Sem conseguir o apoio pedido, os fazendeiros formaram uma expedição para destruir a organização dos escravos revoltados. No caminho pela mata esse exército de fazendeiros percebeu a existência de inúmeros ranchos, o que revelava que o quilombo era mais antigo do que se imaginava. Foram encontrados também dois acampamentos escravos nas trilhas por onde a expedição de fazendeiros caminhou por oito horas até encontrar os negros aquilombados. Depois de um intenso enfrentamento com armas de fogo, os homens de Manoel Congo venceram e fugiram dali.

Em 11 de dezembro de 1838 aconteceu o último e fatal ataque ao quilombo Manoel Congo,

considerado o maior quilombo do Estado do Rio de Janeiro, segundo alguns pesquisadores. Manoel Congo e seus líderes foram presos e mantidos vivos para serem açoitados publicamente e enforcados legalmente. Manoel Congo respondeu a dois processos por crime de insurreição e homicídio e foi condenado à pena de morte em 06 de setembro de 1839; os outros líderes do movimento foram condenados a seiscentos e cinquenta açoites cada um, dados a cinquenta por dia, e a andarem três anos com gancho de ferro.

Para saber mais:

“O efêmero quilombo do Pati do Alferes, em 1838” de autoria de José Antonio S. Souza.

Revista do IHGB, volume 295 abril/junho 1972.

<http://www.ipahb.com.br/manoelcongo.php>

<http://www.patydoalferes.rj.gov.br/historia/congo.htm>



imagem de Manoel Congo retirada do site <http://www.ipahb.com.br/manoelcongo.php>

territóriosnegros

Este boletim é produzido pelo projeto EGBÉ – TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.500 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Está disponível também na home page de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA : Rafael Soares de Oliveira

Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do Informativo: José Maurício Arruti

Assistente de programas: Ana Emília Gualberto

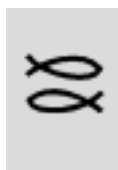
Pesquisa: Alessandra Tosta, Andréa Carvalho, Domingas Dealдина e Maria Marta Saavedra Pinto

Programação visual: Lena Benzecry

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

Apoio: Acervo Memória Negra do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), que colabora com o clipping de notícias da grande imprensa.



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129 Glória

22211-230 Rio de Janeiro RJ

Telefone (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016

territoriosnegros@koinonia.org.br

www.koinonia.org.br